EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – CERAT-MARITUBA

A Ilma. Sa, Márcia Maria Costa Santos, Coordenadora Fazendária - CERAT- MARITUBA, desta Secretaria de Estado da Fazenda. FAZ SABER aos titulares ou representantes legais das empresas abaixo relacionadas, que foi lavrado contra a mesma o AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO FISCAL DE TRÂNSITO DECORRENTE DE TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO - ficando a mesmas NOTIFICADA no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 15 dias após a data da publicação deste edital, a recolher o crédito tributário correspondente ou impugnar o Auto de Infração junto a esta Coordenação, situada à Rodovia BR 316, km 13, s/n, ressaltando que findo o prazo, sujeitar-se-ão à cobrança executiva dos créditos tributários, conforme estabelece a Lei Estadual nº 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 7.078 de 28 de dezembro de 2007.

I.E./CNPJ/CPF	AINF	TERMO DE APREENSÃO	RAZÃO SOCIAL
15.358331-2	342013510000448-3	812013390000190	J. P. COMERCIO DE FERRAGENS LTDA

Marituba (Pa), 24 /11 /2016
MÁRCIA MARIA COSTA SANTOS
Coordenador Fazendário da CERAT - Marituba

Protocolo: 123378**OUTRAS MATÉRIAS****ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TAREF****PRIMEIRA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO**

ACÓRDÃO N.5238- 1ª. CPJ. RECURSO N. 11725 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 012012510000179-8). CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE FATIMA CRUZ FIGUEIREDO. EMENTA: ICMS. EXCLUSÃO DE DOCUMENTO FISCAL. REVISÃO DE OFÍCIO. ERRO MATERIAL. 1. Devem ser excluídos do crédito tributário os valores relativos às notas fiscais emitidas em obediência ao Boletim de Preços Mínimos de Mercado vigente à época dos fatos geradores. 2. As inexatidões materiais devidas a erros de cálculos existentes na decisão poderão ser corrigidos de ofício, quando constatado equívoco na revisão procedida pelo julgador singular. 3. Recurso conhecido e improvido, e de ofício proceder à retificação do crédito tributário. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 07/11/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 07/11/2016. ACÓRDÃO N.5239- 1ª. CPJ. RECURSO N. 11753 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 062014510000544-3). CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE FATIMA CRUZ FIGUEIREDO. EMENTA: ICMS. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO. 1. O trânsito em julgado da decisão singular impede a apreciação da matéria na instância superior, quando comprovadamente, o recurso voluntário é intempestivo, por inobservância das disposições previstas no art. 32, § 1º, da Lei nº 6.182/1998, impondo o não conhecimento do mesmo, nos termos do art. 40, II, do Regimento Interno do TAREF (Anexo do Decreto nº 3.578/99). 2. Recurso não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 09/11/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 09/11/2016. ACÓRDÃO N.5240- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12619 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072008510001530-5). ACÓRDÃO N.5241- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12621 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072008510001531-3). ACÓRDÃO N.5242- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12623 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072008510001532-1). ACÓRDÃO N.5243- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12625 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072008510001533-0). ACÓRDÃO N.5244- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12627 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072008510001534-8). ACÓRDÃO N.5245- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12629 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072008510001535-6). ACÓRDÃO N.5246- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12631 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072008510001536-4). ACÓRDÃO N.5247- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12633 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072008510001537-2). ACÓRDÃO N.5248- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12635 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072008510001538-0). ACÓRDÃO N.5249- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12637 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072008510001539-9). ACÓRDÃO N.5250- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12639 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072008510001540-2). ACÓRDÃO N.5251- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12641 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072008510001541-0). ACÓRDÃO N.5252- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12643 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072008510001542-9). ACÓRDÃO N.5253- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12645 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 072008510001543-7). CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: ICMS. NOTAS FISCAIS EXCLUÍDAS. OPERAÇÕES DE EXPORTAÇÃO. 1. Deve ser mantida a decisão de primeira instância que exclui do crédito tributário notas fiscais referentes a operações de exportação, as quais não guardam relação com o objeto da autuação. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 09/11/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 09/11/2016.

ACÓRDÃO N.5254- 1ª. CPJ. RECURSO N. 11455 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 182011510000020-2). ACÓRDÃO N.5255- 1ª. CPJ. RECURSO N. 11457 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 182011510000023-7). CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ICMS. ESTORNO PROPORCIONAL DE CRÉDITO. METODOLOGIA INADEQUADA. 1. Deve ser declarada a nulidade, e não a improcedência do lançamento, quando a metodologia levada a efeito pela fiscalização não respaldar a conclusão fiscal prevista na legislação tributária. 2. A utilização de técnica inadequada, sem amparo legal-normativo para pretensão fiscal, dá azo à nulidade do lançamento tributário, sem prejuízo da renovação da ação fiscal. 3. Recurso conhecido para, em preliminar, declarar a nulidade do AINF. DECISÃO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 26/10/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 09/11/2016. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e improvido do recurso. ACÓRDÃO N.5256- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12697 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 182016510000371-2). ACÓRDÃO N.5257- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12795 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 182016510000367-4). CONSELHEIRO RELATOR: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. CERCEAMENTO DE DEFESA E DENÚNCIA ESPONTÂNEA. NÃO OCORRÊNCIA. CRÉDITO INEXISTENTE DECLARADO EM DIF. NÃO RECOLHIMENTO. 1. Não há que se falar em nulidade do auto de infração, por cerceamento de defesa, quando lavrado em consonância com o § 1º do art. 12 da Lei n. 6.182/98 e sua base de cálculo foi apurada conforme as declarações do próprio contribuinte. 2. A denúncia espontânea somente afastará a exigência fiscal se apresentada por escrito, acompanhada do recolhimento do imposto, em se tratando de obrigação principal, não se aplicando no caso de descumprimento de obrigação acessória por entrega ou retificação de declaração. Preliminares rejeitadas por unanimidade. 3. Verificada pelo Fisco qualquer infração à legislação tributária será lavrado o respectivo Auto de Infração e Notificação Fiscal - AINF e, uma vez constituído, o crédito tributário somente se modifica ou se extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos no CTN. 4. Aplica-se a penalidade prevista art. 78, I, "L" da Lei n. 5.530/89 nas demais hipóteses não contidas neste dispositivo legal. 5. Deve ser restabelecido o crédito tributário quando comprovado nos autos que o contribuinte deixou de recolher o ICMS, por ter utilizado créditos inexistentes declarados nas DIF, constituindo infração à legislação tributária e sujeitando o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independentemente do recolhimento do imposto. 6. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 10/11/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 10/11/2016. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e improvido do recurso. ACÓRDÃO N.5258- 1ª. CPJ. RECURSO N. 11649 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012013510012598-2). CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE FATIMA CRUZ FIGUEIREDO. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALIQUOTA. DECADÊNCIA. NULIDADE. CONFISCO. 1. Não há que se falar em decadência na forma do § 4º, do art. 150, e sim do art. 173, I, do CTN, quando não houver o pagamento do ICMS, não havendo assim o que homologar. Prejudicial de mérito rejeitada. 2. Não representa confisco, quando a multa é aplicada com base em dispositivo legal vigente à época da autuação. 3. Não cabe a apreciação de inconstitucionalidade de lei, em sede de julgamento de instância administrativa, por força do art. 26, III da Lei nº 6.182/1998. 4. Não deve ser declarada a nulidade da autuação, quando o AINF foi lavrado com fundamento nos princípios tributários, tais como da legalidade do ato administrativo, da verdade material e da segurança jurídica, tudo com o fito de evitar o cerceamento do direito de defesa insculpido no art. 5º, inciso LV, da CF/1988, c.c do art. 71, inciso II da Lei 6.182/1998. Preliminares rejeitadas por unanimidade. 5. Nos termos do art. 14, § 4º, do RICMS/PA (Decreto nº 4.676, de 18.06.2001), equipara-se a contribuinte, para efeito de cobrança do imposto referente ao diferencial de alíquota, qualquer pessoa jurídica que adquira mercadorias ou serviços, em outra unidade federada, com carga tributária correspondente à aplicação de alíquota interestadual, destinando-os ao ativo permanente, uso ou consumo. 6. Deixar de recolher o ICMS relativo à diferença entre a alíquota interna e interestadual, de que trata o art. 155, §2º, VII, "a" e VIII, da Constituição Federal, sujeita o contribuinte às sanções previstas na legislação, independentemente do recolhimento do imposto. 7. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: PELO VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 10/11/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 10/11/2016. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Maria de Lourdes Magalhães Pereira e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e provimento do recurso. ACÓRDÃO N.5259- 1ª. CPJ. RECURSO N. 11651 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012013510012599-0). CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE FATIMA CRUZ FIGUEIREDO. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALIQUOTA. NULIDADE DO AINF. CONFISCO. 1. Não representa confisco, quando a multa é aplicada com base em dispositivo legal vigente à época da autuação. 2. Não cabe a

apreciação de inconstitucionalidade de lei, em sede de julgamento de instância administrativa, por força do art. 26, III da Lei nº 6.182/1998. 3. Não deve ser declarada a nulidade da autuação, quando o AINF foi lavrado com fundamento nos princípios tributários, tais como da legalidade do ato administrativo, da verdade material e da segurança jurídica, tudo com o fito de evitar o cerceamento do direito de defesa insculpido no art. 5º, inciso LV, da CF/1988, c.c do art. 71, inciso II da Lei 6.182/1998. Preliminares rejeitadas por unanimidade. 4. Nos termos do art. 14, § 4º, do RICMS/PA (Decreto nº 4.676, de 18.06.2001), equipara-se a contribuinte, para efeito de cobrança do imposto referente ao diferencial de alíquota, qualquer pessoa jurídica que adquira mercadorias ou serviços, em outra unidade federada, com carga tributária correspondente à aplicação de alíquota interestadual, destinando-os ao ativo permanente, uso ou consumo. 5. Deixar de recolher o ICMS relativo à diferença entre a alíquota interna e interestadual, de que trata o art. 155, §2º, VII, "a" e VIII, da Constituição Federal, sujeita o contribuinte às sanções previstas na legislação, independentemente do recolhimento do imposto. 6. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: PELO VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 10/11/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 10/11/2016. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Maria de Lourdes Magalhães Pereira e Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e provimento do recurso.

SEGUNDA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO

ACÓRDÃO N.5512- 2ª. CPJ. RECURSO N. 11754 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012013510012211-8). CONSELHEIRO RELATOR: ELISA HACHEM MARQUES. EMENTA: ICMS. DIFERENÇA DE ALIQUOTA. CONSTRUÇÃO CIVIL. 1. Equipara-se a contribuinte, para efeito de cobrança do diferencial de alíquota, qualquer pessoa jurídica, que adquira mercadorias, em outra unidade federada, com carga tributária correspondente a alíquota interestadual. 2. Deixar de recolher o imposto-ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna e interestadual, nas aquisições de bens para integrar o ativo fixo do estabelecimento, constitui infração a legislação tributária e sujeita o infrator as penalidades legais, independente do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido para manter a decisão singular em todos os seus termos. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 01/11/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 01/11/2016. ACÓRDÃO N.5513- 2ª. CPJ. RECURSO N. 11750 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 042011510000172-4). CONSELHEIRO RELATOR: LUZIA DO SOCORRO NOGUEIRA BARROS. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALIQUOTA. 1. Deixar de recolher ICMS, relativo à operação com mercadoria oriunda de outra Unidade da Federação, destinada ao uso/consumo do estabelecimento, na entrada do território paraense, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 03/11/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 03/11/2016. ACÓRDÃO N. 5514 - 2ª cpj - RECURSO N. 11752 -VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012013510012198-7). CONSELHEIRA RELATORA: LUZIA DO SOCORRO NOGUEIRA BARROS. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALIQUOTA. CONSTRUÇÃO CIVIL. 1. Equipara-se a contribuinte, para efeito de cobrança do imposto referente ao diferencial de alíquota, qualquer pessoa jurídica, que adquira mercadorias ou serviços, em outra unidade federada, com carga tributária correspondente à aplicação de alíquota interestadual, destinando-os ao ativo permanente, uso ou consumo. 2. Deixar de recolher ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da federação, destinada ao uso/consumo à integração ao ativo permanente do estabelecimento, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 03/11/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 03/11/2016.

Protocolo: 123546**PORTARIAS DE REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO DE IPVA - CAT Portaria n.º 201604007337, de 24/11/2016 - Proc n.º 0020167300228321/SEFA**

Motivo: Revogar a concessão da isenção do IPVA ao veículo de 01/01/2015 a 31/12/2015

Base Legal: art. 1º, § 1º, IV c/c §§ 5º e 6º da Lei nº 6.017/96 revogação decorrente de mudança de categoria em veículo beneficiado, placa ofj2061.

Interessado: Jose Ribamar Batista das Neves - CPF: 694.931.702-68
Marca/Tipo/Chassi
GM/MERIVA JOY/Pas/Automovel/9BGXL75X0CC187497

Protocolo: 123504**Portaria nº 2324 de 18 de novembro de 2016**

A Coordenadora Fazendária da Coordenadoria Executiva Especial de Administração Tributária do IPVA e do ITCD, no uso da competência que lhe é conferida pela Portaria nº 1.178 de 28 de setembro de 2010, publicada no DOE nº 31.763 de